

EVIDÊNCIAS EM SAÚDE PÚBLICA

ORGANIZADORES

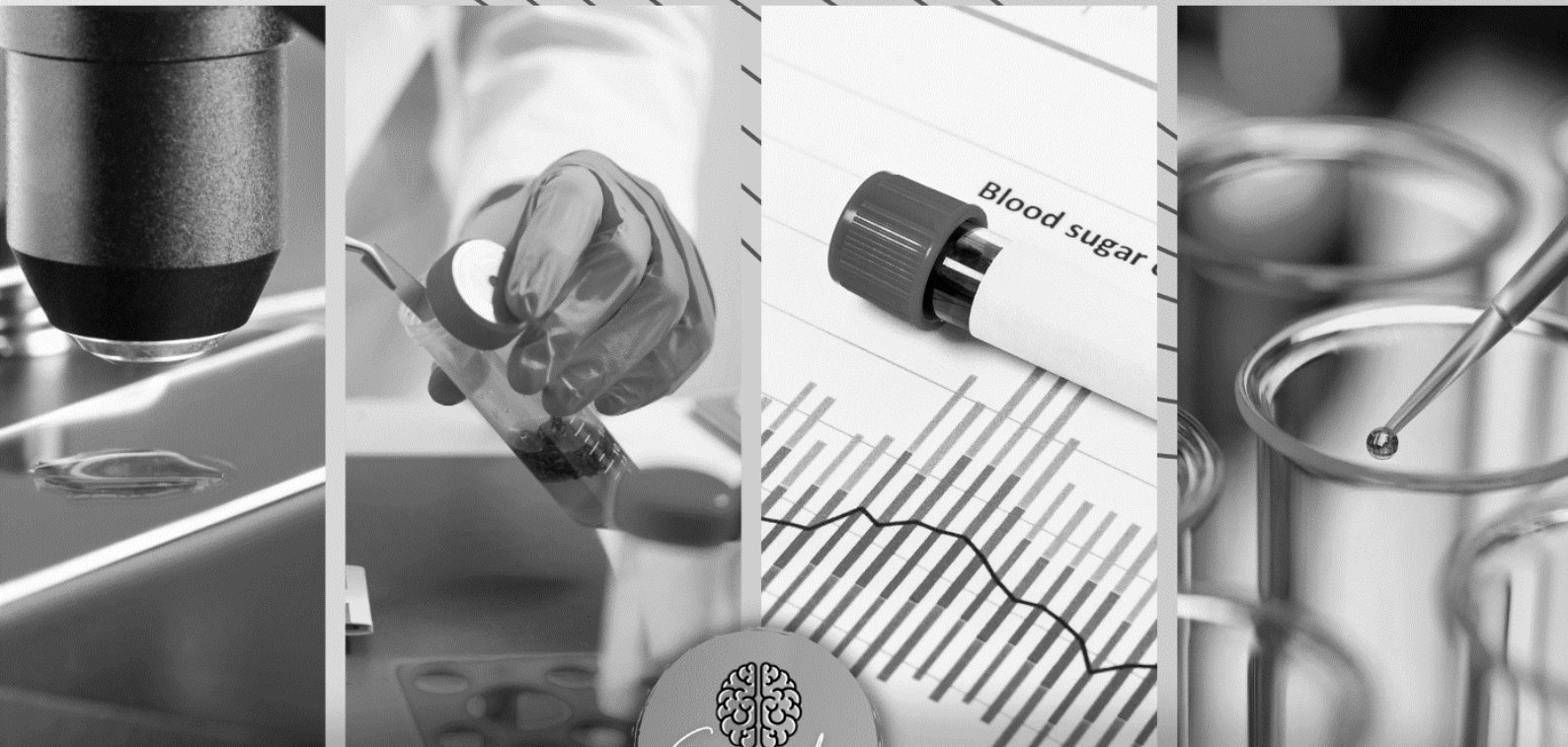
PAULO SÉRGIO DA PAZ SILVA FILHO
LENNARA PEREIRA MOTA



EVIDÊNCIAS EM SAÚDE PÚBLICA

ORGANIZADORES

**PAULO SÉRGIO DA PAZ SILVA FILHO
LENNARA PEREIRA MOTA**





O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial do SCISAUDE. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.



LICENÇA CREATIVE COMMONS

EVIDÊNCIAS EM SAÚDE PÚBLICA de SCISAUDE está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional. (CC BY-NC-ND 4.0). Baseado no trabalho disponível em <https://www.scisaude.com.br/catalogo/evidencias-em-saude-publica/33>

2023 by SCISAUDE

Copyright © SCISAUDE

Copyright do texto © 2023 Os autores

Copyright da edição © 2023 SCISAUDE

Direitos para esta edição cedidos ao SCISAUDE pelos autores.

Open access publication by SCISAUDE



EVIDÊNCIAS EM SAÚDE PÚBLICA

ORGANIZADORES

Me. Paulo Sérgio da Paz Silva Filho

<http://lattes.cnpq.br/5039801666901284>

<https://orcid.org/0000-0003-4104-6550>

Esp. Lennara Pereira Mota

<http://lattes.cnpq.br/3620937158064990>

<https://orcid.org/0000-0002-2629-6634>

Editor chefe

Paulo Sérgio da Paz Silva Filho

Projeto gráfico

Lennara Pereira Mota

Diagramação:

Paulo Sérgio da Paz Silva Filho

Lennara Pereira Mota

Revisão:

Os Autores



Conselho Editorial

Aline de Oliveira de Freitas	Irislene Costa Pereira	Maria Salete Abreu Rocha Miranda
Aline Oliveira Fernandes de Lima	Isabel Oliveira Aires	Maria Vitalina Alves de Sousa
Allana Rhamayana Bonifácio Fontenele	Isabella Montalvão Borges de Lima	Mariana Carolini Oliveira Faustino
Amanda dos Santos Braga	Jean Scheievany da Silva Alves	Mariana de Sousa Ferreira
Ana Emília Araújo de Oliveira	Jéssica Moreira Fernandes	Marília Nunes Fernandes
Ana Florise Morais Oliveira	Joana Darc de Albuquerque Maranhão Oliveira	Maysa Kelly de Lima
Ana Karine de Oliveira Soares	João Carlos Dias Filho	Mônica Barbosa de Sousa Freitas
Ana Karoline Alves da Silva	Joelma Maria dos Santos da Silva Apolinário	Monica Cristiane Mendes Viana
Ana Paula Barbosa dos Santos	Joyce Carvalho Costa	Monik Cavalcante Damasceno
Antonio Rosa de Sousa Neto	Júlia Isabel Silva Nonato	Noemia santos de Oliveira Silva
Bárbara de Paula Andrade Torres	Juliana de Paula Nascimento	Paulo Sérgio da Paz Silva Filho
Beatriz Santos Pereira	Kaio Germano Sousa da Silva	Raimundo Borges da Mota Junior
Bruna Oliveira Ungaratti Garzão	Kayron Rodrigo Ferreira Cunha	Raissa Escandiusi Avramidis
Camila Tuane de Medeiros	Kellyane folha gois Moreira	Rayana Fontenele Alves
Catarina de Jesus Nunes	Laís Melo De Andrade	Roberson Matteus Fernandes Silva
Cleiciane Remigio Nunes	Lauren de Oliveira Machado	Sara da Silva Siqueira Fonseca
Daniela de Castro Barbosa Leonello	Leandra Caline dos Santos	Simony de Freitas Lavor
Davi Leal Sousa	Lennara Pereira Mota	Suelen Neris Almeida Viana
Dayane Dayse de Melo Costa	Letícia de Sousa Chaves	Suellen Aparecida Patricio Pereira
Dayanne de Nazare dos Santos	Lívia Cardoso Reis	Susy Maria Feitosa De Melo Rabelo
Eduarda Augusto Melo	Lívia Karoline Torres Brito	Taison Regis Penariol Natarelli
Elayne da Silva de Oliveira	Luana Pereira Ibiapina Coêlho	Tamires Almeida Bezerra
Elisane Alves do Nascimento	Luís Eduardo Oliveira da Silva	Thayanne Torres Costa
Érika Maria Marques Bacelar	Luiz Cláudio Oliveira Alves de Souza	Thays Helena Araújo da Silva
Esteffany Vaz Pierot	Luíza Alves da Silva	Thomas Oliveira Silva
Francisco Wagner dos Santos Sousa	Lyana Belém Marinho	Wellingta Larissa Ribeiro Dias
Gracielly Karine Tavares Souza	Maraysa Costa Vieira Cardoso	Willams Pierre Moura da Silva
Iara Nadine Vieira da Paz Silva	Maria Clara Nascimento Oliveira	Yasmin Kamila de Jesus
Igor Evangelista Melo Lins	Maria Luiza de Moura Rodrigues	Yraguacyara Santos Mascarenhas



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Evidências em saúde pública [livro eletrônico] /
organização Paulo Sérgio da Paz Silva Filho,
Lennara Pereira Mota. -- Teresina, PI
: SCISAUDE, 2023.
PDF

Vários autores.

Bibliografia

ISBN 978-65-85376-18-1

1. Sistema Único de Saúde (Brasil) 2. Saúde
pública - Brasil I. Silva Filho, Paulo Sérgio da Paz.
II. Mota, Lennara Pereira.


23-180990

CDD-362.109

Índices para catálogo sistemático:

1. Saúde pública 362.109

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

 10.56161/sci.ed.20231113



SCISAUDE
Teresina – PI – Brasil
scienceesaude@hotmail.com
www.scisaude.com.br



APRESENTAÇÃO

O E-BOOK “EVIDÊNCIAS EM SAÚDE PÚBLICA” através de trabalhos científicos aborda em seus 15 capítulos o conhecimento multidisciplinar que compõe sobre a neonatologia. Almeja-se que a leitura deste e-book possa incentivar o desenvolvimento de estratégias de atuação coletiva e educacional, visando promoção da saúde Pública.

Promoção da saúde é o nome dado ao processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo. Para atingir um estado de completo bem-estar físico, mental e social os indivíduos e grupos devem saber identificar aspirações, satisfazer necessidades e modificar favoravelmente o meio ambiente. A saúde deve ser vista como um recurso para a vida, e não como objetivo de viver. Nesse sentido, a saúde é um conceito positivo, que enfatiza os recursos sociais e pessoais, bem como as capacidades físicas. Assim, a promoção da saúde não é responsabilidade exclusiva do setor saúde, e vai para além de um estilo de vida saudável, na direção de um bem-estar global (CARTA DE OTTAWA).

A saúde pública é um campo diferenciado do saber da prática de saúde. É uma especialidade que se distingue das demais porque se volta para o coletivo. Exige para seu desenvolvimento conhecimentos específicos e altamente diferenciados. Possui uma racionalidade própria, em geral, de domínio exclusivo daqueles que nela são iniciados, sobre quem repousa, também, a responsabilidade pelo aporte e o enriquecimento desse instrumental básico e científico. Esse tipo de ponto de vista conforma e engloba um tipo de compreensão técnica da questão, uma vez que tende a reduzi-la a uma dimensão que, em geral, não transcende os limites das ciências médicas, administrativas e de planejamento (PIRES FILHO, 1987).

Boa Leitura!!!



SUMÁRIO

CAPÍTULO 1.....	10
AURICULOTERAPIA NO TRATAMENTO DA DEPRESSÃO E ANSIEDADE	10
10.56161/sci.ed.202311131.....	10
CAPÍTULO 2.....	23
A IMPORTÂNCIA DO ALEITAMENTO MATERNO EXCLUSIVO PARA O CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO DE RECÉM-NASCIDOS PREMATUROS	23
10.56161/sci.ed.202311132.....	23
CAPÍTULO 3.....	31
CHECKLIST E O ENTENDIMENTO DA EQUIPE DE ENFERMAGEM SOBRE ESSE INSTRUMENTO.....	31
10.56161/sci.ed.202311133.....	31
CAPÍTULO 4.....	46
COMPLICAÇÕES RESPIRATÓRIAS E FISIOTERAPIA NO PÓS-OPERATÓRIO DE CIRURGIA CARDÍACA: ESTUDO DE REVISÃO	46
10.56161/sci.ed.202311134.....	46
CAPÍTULO 5.....	63
ESTRATÉGIAS PARA PREVENÇÃO DE INFECÇÃO PRIMÁRIA NA CORRENTE SANGUÍNEA RELACIONADA A CATETER NA TERAPIA INTENSIVA	63
10.56161/sci.ed.202311135.....	63
CAPÍTULO 6.....	75
FISIOTERAPIA RESPIRATÓRIA NAS COMPLICAÇÕES PULMONARES PÓS- OPERATÓRIAS DE CIRURGIA BARIÁTRICA: REVISÃO DE LITERATURA.....	75
10.56161/sci.ed.202311136.....	75
CAPÍTULO 7.....	88
FUNÇÃO PULMONAR E FORÇA MUSCULAR RESPIRATÓRIA DURANTE O PERÍODO GESTACIONAL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA.....	88
10.56161/sci.ed.202311137.....	88
CAPÍTULO 8.....	103
IMPACTO DA PRIVAÇÃO DE LIBERDADE NO ALEITAMENTO MATERNO NO BINÔMIO MÃE-FILHO.....	103
10.56161/sci.ed.202311138.....	103
CAPÍTULO 9.....	112
IMPACTO DA PUBLICIDADE DE ALIMENTOS PROCESSADOS NA ALIMENTAÇÃO INFANTIL POR MEIO DA TV FECHADA.....	112



10.56161/sci.ed.202311139.....	112
CAPÍTULO 10.....	122
MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO SOBRE O TRABALHO DE PARTO NORMAL: REVISÃO SISTEMÁTICA.....	122
10.56161/sci.ed.2023111310.....	122
CAPÍTULO 11.....	138
PERCEPÇÃO DE AGRICULTORES DA COMUNIDADE RURAL DE JAPIAÇU/RN SOBRE USO DE AGROTÓXICOS E OS RISCOS Á SAÚDE.....	138
10.56161/sci.ed.2023111311.....	138
CAPÍTULO 12.....	155
TURBULÊNCIAS MESENTÉRICAS: DESVENDANDO A SÍNDROME DA ARTÉRIA MESENTÉRICA SUPERIOR	155
10.56161/sci.ed.2023111312.....	155
CAPÍTULO 13.....	171
UTILIZAÇÃO DE IMIDAZOLATOS ZEOLÍTICOS (ZIF-8) COMO SISTEMAS DE LIBERAÇÃO DE FÁRMACOS: UMA REVISÃO DE LITERATURA.....	171
10.56161/sci.ed.2023111313.....	171
CAPÍTULO 14.....	185
PAPEL DA NUTRIÇÃO NO PRÉ E PÓS-OPERATÓRIO DA CIRURGIA BARIÁTRICA: UMA REVISÃO NARRATIVA.....	185
10.56161/sci.ed.2023111314.....	185
CAPÍTULO 15.....	195
ANÁLISE DOS IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NA SAÚDE E MORTALIDADE MATERNA NO BRASIL	195
10.56161/sci.ed.2023111315.....	195



CAPÍTULO 8

IMPACTO DA PRIVAÇÃO DE LIBERDADE NO ALEITAMENTO MATERNO NO BINÔMIO MÃE-FILHO

IMPACT OF DEPRIVATION OF FREEDOM ON BREASTFEEDING IN THE MOTHER-CHILD BINOMIUM

 [10.56161/sci.ed.202311138](https://doi.org/10.56161/sci.ed.202311138)

Tacyane Caroline Ferreira da Silva

Estudante de Nutrição, Uninassau.
Orcid ID do autor (0009-0004-7153-906X)

Emilly Vitória da Silva

Estudante de Nutrição, Uninassau.
Orcid ID do autor (0009-0001-2626-0295)

Júlia Karolina da Costa Silva

Estudante de Nutrição, Uninassau.
Orcid ID do autor (0009-0008-2554-5679)

Rebeca Talita da Silva

Estudante de Nutrição, Uninassau.
Orcid ID do autor (0009-0003-2564-0995)

Simara Maria Lopes de Araújo

Nutricionista Especialista em saúde pública e controle de qualidade de alimentos
Orcid ID do autor (0009-0007-2839-9075)

RESUMO

O contato entre mãe e filho ao longo do aleitamento materno é importante para a saúde de ambos. No entanto, quando a amamentação acontece no cárcere, diversas problemáticas podem surgir. Além da ausência familiar, o fato de estar privada, gera sentimentos conflitantes na nutriz, que podem dificultar o aleitamento materno e gerar o desmame precoce. Dessa forma, o presente trabalho teve como objetivo discutir o impacto da privação de liberdade no aleitamento materno no binômio mãe-filho. Para isso foi feita uma revisão bibliográfica utilizando as plataformas: Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Literatura Latino-americana, Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e National Library of Medicine (Pubmed), buscando artigos entre os anos 2018 e 2022, nos idiomas português e inglês, com o uso dos descritores de saúde: amamentação; cárcere; lactente. As evidências existentes demonstram o desenvolvimento do sistema penitenciário na tentativa de adequação para um ambiente mais



acolhedor para a mãe e filho, contudo, este âmbito atualmente não é adequado para ambos, refletindo em consequências negativas a curto e longo prazo.

PALAVRAS-CHAVE: Ambiente carcerário; Aleitamento materno; Saúde;

ABSTRACT

The contact between mother and child during breastfeeding is important for the health of both. However, when breastfeeding takes place in prison, a number of problems can arise. In addition to the absence of family, being deprived of liberty generates conflicting feelings in the mother, which can make breastfeeding difficult and lead to early weaning. The aim of this study was therefore to discuss the impact of deprivation of liberty on breastfeeding in the mother-child binomial. To this end, a bibliographic review was carried out using the platforms: Scientific Electronic Library Online (SciELO) and Latin American and Caribbean Literature in Health Sciences (LILACS) and National Library of Medicine (Pubmed), searching for articles between 2018 and 2022, in Portuguese and English, using the health descriptors: breastfeeding; prison; infant. The existing evidence shows the evolution of the prison system in an attempt to adapt to a more welcoming environment for mother and child, however, this environment is currently not suitable for both, reflecting negative consequences in the short and long term.

KEYWORDS: Prison environment; Breastfeeding; Health;

1. INTRODUÇÃO

Pode-se afirmar que é através da amamentação que o bebê recebe seu primeiro alimento, o leite materno (LM)¹, sendo este recomendado até os dois primeiros anos de vida, e de forma exclusiva até os seis meses. Caso a amamentação seja interrompida antes dos seis meses, ocorre o desmame precoce. É através do LM que o lactente vai ingerir antioxidantes, imunoglobulinas e outros nutrientes que serão essenciais para o seu desenvolvimento, nutrição e proteção durante a infância e vida adulta, diminuindo as chances de sobrepeso, obesidade, entre outras patologias (NOGUEIRA et al., 2020).

É importante salientar que os benefícios do aleitamento materno (AM) se direcionam tanto para o bebê como para sua mãe, diminuindo nas lactantes a possibilidade de sangramento pós-parto, anemia, câncer de mama e ovário, auxiliando também na normalização do estado do útero. A amamentação exclusiva nos primeiros seis meses ajuda a formular um vínculo importante entre mãe e filho, visto que o contato físico e emocional entre ambos gera sentimentos saudáveis (REA, 2004).



A nutriz sofre com diversas interferências ao longo do AM, dentre elas, influências familiares, culturais, socioeconômicas, acesso à saúde e realização do pré-natal, e em alguns casos, falta de apoio para a amamentação. A junção desses fatores intensifica questões emocionais para a lactante, já que os fatores emocionais da mesma são importantes para um AM bem-sucedido, do contrário, todas essas complicações podem levar ao desmame precoce. Dessa forma, o meio social é de extrema relevância para o sucesso do AM, e quando se pensa nas mulheres em situação de cárcere, que estão distantes do apoio contínuo familiar, deve-se questionar em como o direito de amamentar está sendo cumprido (AMARAL et al., 2015).

A Portaria Interministerial n° 210, do dia 16 de janeiro de 2014, criou a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional (PNAMPE) que assegura que presídios femininos possuam um berçário destinado às mães e seus filhos, sendo um espaço adequado para o desempenho da amamentação, além disso, garante a permanência do lactente junto a sua mãe para amamentar por pelo menos um ano e meio (GUIMARÃES et al., 2018).

Vendo que a prática de AM está atrelada não só ao biológico, como também aos fatores culturais, socioeconômicos e emocionais, se entende o quanto é importante amamentar em um ambiente carcerário. Principalmente, ao notar que nos últimos anos houve um brusco crescimento da população carcerária feminina brasileira, tendo um aumento de 656% entre os anos 2000 e 2016, no qual, dentre essa população, presidiárias lactantes vão fazer parte de um sistema interpessoal, ajudando a garantir um melhor bem estar social futuro (ARAÚJO et al., 2020).

A população carcerária feminina é um forte representante dos grupos excluídos socialmente, inclusive quando se trata de aleitamento materno, já que não se encontra muito na literatura sobre a prática de amamentar na prisão. Dessa forma, é de extrema relevância discutir sobre as políticas voltadas à promoção da amamentação no ambiente carcerário, a fim de propagar ações voltadas à diminuição de danos nos processos que envolvem o aleitamento materno na privação de liberdade. Diante disso, o objetivo do trabalho foi discutir o impacto da privação de liberdade no aleitamento materno no binômio mãe-filho.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Realizou-se em uma revisão bibliográfica na forma narrativa, onde a coleta de dados foi feita através da utilização das plataformas: Scientific Electronic Library Online (Scielo) e Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e National Library



of Medicine (Pubmed). Foram utilizados os Descritores em Ciência da Saúde (DeCS): amamentação; cárcere; nutriz, nos idiomas português e inglês.

Os artigos selecionados através do critério de inclusão, foram materiais originais ou de revisão, abordando as vivências e efeitos causados pelo aleitamento materno no cárcere, entre os anos 2018 e 2022, embora artigos de anos anteriores tenham sido incluídos devido a importância e a escassez de literatura sobre o tema. Ocorreu a exclusão de artigos que tratavam sobre as situações no cárcere, mas que não relatavam sobre gestantes ou lactantes presidiárias.

Os conteúdos foram escolhidos através da leitura exploratória, que analisou se o material ia de acordo com o que o tema aborda. Após essa análise, ocorreu uma leitura seletiva, que avaliou e interpretou os aspectos abordados nos artigos que poderiam contribuir com o trabalho.

3. RESULTADO E DISCUSSÃO

É na primeira infância que se determinará as capacidades humanas de um indivíduo, com isso, a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda a alimentação exclusiva com LM nos primeiros seis meses de vida, e acompanhada de outros alimentos até os dois anos. O LM é essencial para o crescimento e desenvolvimento do bebê, contendo diversos nutrientes e uma enorme variedade de vitaminas, minerais, proteínas, gorduras e carboidratos, contendo também anticorpos, que são importantes para a segurança do bebê (DIAS; FREIRE; DO CARMO CASTRO FRANCESCHINI, 2010; BRASIL, 2015).

O LM é o alimento mais adequado para suprir as necessidades nutricionais de um recém-nascido até os seus primeiros seis meses de vida. Este pode ser classificado em colostro, leite de transição e leite maduro. O colostro prevalece nos primeiros cinco dias pós-parto, sendo amarelo e espesso, contendo cerca de três vezes mais proteínas que o leite maduro. Já o leite de transição, é desenvolvido entre o quinto e o décimo quinto dia pós-parto se transformando por fim no leite maduro, que é prevalentemente composto por proteínas (1%), carboidratos (7%), lipídios (4%), minerais e vitaminas (BRASIL, 2015; MARTINS, 2022).

Devido a uma maior fragilidade intestinal do bebê, consequência de um sistema imunológico ainda em formação, o LM é compatível para a saúde do recém-nascido, contendo compostos que auxiliam na maturidade intestinal e prevenindo doenças gastrointestinais. Pesquisas apontam que crianças que não se alimentam de leite materno exclusivamente até os seis meses, têm de cinco a dez vezes mais chances de adoecer. Já outros estudos, alegam que essa prática auxilia preventivamente contra a diarreia em 83%, enquanto as chances de episódios dessa condição aumentam dezesseis vezes mais em lactentes que mamaram por



menos de seis meses (SANTOS, FLORACY STABNOW, 2015; GAIVA, MARIA APARECIDA MUNHOZ; RODRIGUES, ELISA DA CONCEIÇÃO; TOSO, BEATRIZ ROSANA GONÇALVES DE OLIVEIRA; MANDETTA, 2021).

A ação preventiva do aleitamento materno exclusivo (AME) relacionado a doenças alérgicas, dentre elas dermatite atópica, rinite alérgica, asma e alergia alimentar. Neste cenário, o LM entra como um agente protetor onde pesquisas expõem o fato de que as chances de desenvolver uma doença alérgica é de 65% maior em crianças que não seguiram com o AME, ou que desmamaram antes dos seis meses (MEI; ALIMENTARES; MEI, 2020).

A obesidade se relaciona a aspectos nutricionais e metabólicos, onde, na primeira infância, o excesso de peso pode prevalecer até a fase adulta, gerando muitas outras complicações à saúde como, hipertensão, diabetes e doenças cardiovasculares. Dessa forma, o AME é de suma importância, vindo a influenciar na prevenção de doenças crônicas, como a obesidade, a curto e longo prazo (FERREIRA, C. S.; MACHADO, E. M. M.; MOREIRA, L. M.; 2019).

A amamentação auxilia também no neurodesenvolvimento cognitivo, pois os componentes lipídicos, como ácido araquidônico e ácido docosahexaenóico, fundamentais para formação das membranas celulares do sistema nervoso central estão presentes abundantemente no LM. Vale salientar que nos primeiros dois anos de vida ocorre de forma acelerada o importante processo de mielinização, que é um processo que faz parte do desenvolvimento cerebral (INFÂNCIA, 2014; DOUTORA; MOTA, 2021).

Muito se fala sobre as consequências da interrupção da amamentação para o lactente, mas os impactos dessa ação também atingem fortemente a mãe, visto que o AM gera diversos benefícios para a mãe. Dentro desses benefícios, ocorre a redução do risco do desenvolvimento de câncer, onde as chances de desenvolver câncer de mama diminuem de 4,6% para 0,6% a cada 12 meses da prática da amamentação. Já em relação ao câncer de ovário, as chances da lactante desenvolver a patologia caí em 2% a cada mês de amamentação (COELHO; RAIKA; LOBO, 2018).

Outro fator positivo para a mãe no AM é a manutenção do peso, pois a amamentação auxilia no retorno do peso pré-gestacional. A lactante possui reservas energéticas com a finalidade de produzir o LM, e esse gasto de energia através do aleitamento faz com que a mãe venha a perder peso, acarretando numa queima de 200 a 500 calorias a mais por dia (BRADSKI; KAEHLER, 2008).

A amamentação auxilia na manutenção do estado do útero, que na gestação, chega a medir 32 centímetros e pesar 1,5 quilos, e no puerpério retorna ao seu tamanho normal de 7



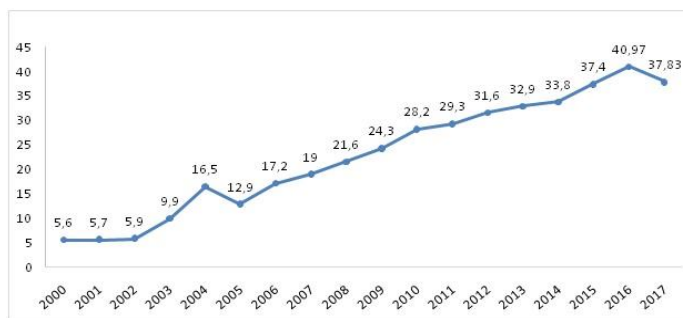
centímetros e 60 gramas, reduzindo cerca de 1 centímetro por dia ao longo do pós-parto, e esse processo de redução gera cólicas abdominais nos primeiros dias depois do nascimento, que ocorre devido a contrações uterinas. Essas contrações vão surgir essencialmente no momento da amamentação, devido a liberação de ocitocina, que estimula contrações no útero a fim de diminuir o sangramento do puerpério (BRASIL, 2001).

O hormônio prolactina secretado pela hipófise, se destaca no AM por dar comando para a produção de leite, estímulo que ocorre através da sucção feita pelo bebê. Porém, esse mesmo hormônio vem a agir como um inibidor da ovulação, gerando o fenômeno “amenorreia lactacional”. Existem evidências quanto a eficácia desse método contraceptivo, onde no período pós-parto deve existir a ausência da menstruação, a idade do lactente deve ser menor que seis meses e além disso, a amamentação do mesmo precisa ser espontânea, onde a criança vai ser amamentada independente de horários (SANTOS DE ARAÚJO et al., 2022).

Muitas experiências são vivenciadas por mãe e bebê ao longo do AM. Esses sentimentos são intensificados diante da ação dos hormônios prolactina, que gera uma sensação de tranquilidade, e ocitocina, que produz uma forte sensação de amor e apego. Os bons sentimentos potencializados por esses hormônios podem ser a causa de muitas mães escolherem dar continuidade a amamentação em gestações futuras. Além disso, níveis elevados de ocitocina podem ter efeitos antidepressivos, onde um estudo demonstra a redução nos sintomas de ansiedade e depressão diante do hormônio (SANTANA et al., 2020).

Dados nacionais apontam que 96% das mulheres iniciam a amamentação, porém, apenas 11% amamentam de forma exclusiva até 4 a 6 meses, 41% dá continuidade ao AM até 1 ano, e 14% até 2 anos. Existem vários fatores para a interrupção da amamentação, dentre eles, o retorno ao trabalho, cultura, baixa escolaridade, idade materna, uso de chupeta, depressão pós-parto, falta de orientação e a privação de liberdade (AMARAL et al., 2015).

A população carcerária feminina no Brasil cresceu em 525% de 2000 a 2016, o que corresponde a 55,4 presas para cada grupo de 100 mil mulheres acima de 18 anos, dentro desse total, incluímos mulheres gestantes, dessas 90% são presas já grávidas. Com isso, em 2010 foi aprovada internacionalmente a regra de Bangkok pela assembleia das nações unidas, com o intuito de propor medidas não privativas de liberdade, refletindo também na execução da pena, visando as necessidades que o sistema prisional feminino possui unicamente, afinal o mesmo foi construído através de perspectivas masculinas (GONÇALVES, MARIA CÉLIA DA SILVA; SOUZA, KÉZIA MIEZ; ZAGANELLI, 2018).



Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública. A partir de 2005, dados do Infopen. Nota: população em milhar

Proposta como alternativa pela lei de Bangkok e concedida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), gestantes ou mães presas estão concedidas a ficarem em prisão domiciliar, a fim de garantir a preservação da maternidade e infância, questão que é prioridade do estado e da sociedade. Dessa forma, a mãe pode cumprir a pena e manter a seguridade da maternidade, juntamente com a prevenção à infância (GONÇALVES, MARIA CÉLIA DA SILVA; SOUZA, KÉZIA MIEZ; ZAGANELLI, 2018).

A Lei no 11.942, de maio de 2009, vem a assegurar que presídios tenham berçários e creches para que as crianças permaneçam perto de suas mães até os sete anos, e acima disso, garante que o espaço contenha acompanhamento médico para ambos, principalmente no pré-natal e no pós-parto. É no berçário que a carcerária vai cuidar e amamentar o lactente até no mínimo seis meses, que irá posteriormente para a creche até seus sete anos, podendo ser assistido de perto juntamente com sua responsável, que está detida (CRYSTALLOGRAPHY, 2016).

Apesar da Resolução CNPCP N° 04, de 15 de julho de 2009, determinar que o filho pode ficar junto a mãe até um ano e seis meses, não é isso que acontece na maioria dos casos, forçando a lactante a fazer um desmame precoce depois dos seis meses de aleitamento e procurar algum familiar próximo para assumir os cuidados sobre o recém-nascido. Apenas 14,2% dos presídios contam com uma estrutura adequada para mãe e bebê, dificultando a seguridade do vínculo entre mãe e filho (GOMES, G. L. R; 2009).

A separação entre ambos gera sofrimento e complicações psicológicas, podendo levar ao desmame precoce, que por sua vez, acarreta em diversos prejuízos para mãe e bebê. Ainda na fase gestacional, mães em cárcere relatam a presença de sentimentos como angústia, medo e insegurança relacionados à visão familiar, porém existe o apoio entre colegas de cela que contribuem com o cuidado e criação dos seus filhos. Infelizmente, o ambiente prisional não é compatível com o desenvolvimento de uma criança, contendo uma precariedade de higiene e inadequação que podem comprometer a saúde do lactente (CIENT et al., [s.d.]).



Fonte: <https://www.vermelho.org.br/2018/05/15/numero-de-mulheres-presas-cresce-656-em-seis-anos/>

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As leis desenvolvidas para assegurar o bem estar da lactante e seu filho são bem descritas, porém na prática, mal executadas. Dessa forma, concluímos que a privação de liberdade prejudica o processo de aleitamento materno, visto que tanto a mãe encarcerada quanto o lactente sofrem com as complicações biológicas e psicológicas a curto e longo prazo, repercutindo assim nos benefícios para a saúde do binômio mãe-filho.

REFERÊNCIAS

2009, UU KESEHATAN. No Title, n. 57, p. 3, 2009.

STABNOW, S. F.; ALEITAMENTO MATERNO E DIARREIA EM MENORES DE UM ANO DE IDADE EM IMPERATRIZ-MA. **Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo Santos**, Ribeirão Preto. 2015.

AMARAL, L. J. X. et al. Factores que influyen en la interrupción de la lactancia materna exclusiva en madres lactantes. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 36, p. 127–134, 2015.

ARAÚJO, M. M. DE et al. Assistência à saúde de mulheres encarceradas: análise com base na Teoria das Necessidades Humanas Básicas. **Escola Anna Nery**, v. 24, n. 3, p. 1–7, 2020.

BRADSKI, G.; KAEHLER, A. Overview. **Learning OpenCV**, p. 1–5, 2008.

BRASIL. **Parto, Aborto e Puerpério: Assistência Humanizada à Mulher**. [s.l: s.n.]. v. 0

BRASIL. **Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação complementar**. [s.l: s.n.].

CIENT, R. et al. ARTIGO MATERNIDADE VIVENCIADA ATRÁS DAS GRADES : DESAFIOS E SUPERAÇÕES. [s.d.].

COELHO, A. S.; RAIKA, M.; LOBO, G. A importância da amamentação na formação de vínculos afetivos saudáveis entre mamãe/bebê. **Faculdade Delta**, v. 12, n. 5, p. 1–15, 2018.

CRYSTALLOGRAPHY, X. D. 濟無No Title No Title No Title. p. 1–23, 2016.

Ferreira, C. S.; Machado, E. M. M.; Moreira, L. M. Enfrentamento Obesidade Material.



Universidade Federal de Ouro Preto, 2019.

GONÇALVES, MARIA CÉLIA DA SILVA; SOUZA, KÉZIA MIEZ; ZAGANELLI, M. V. Revista Acadêmica Multidisciplinar da Faculdade do. v. 12, p. 121–136, 2018.

GUIMARÃES, M. L. et al. Promoção Do Aleitamento Materno No Sistema Prisional a Partir Da Percepção De Nutrizes Encarceradas. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 27, n. 4, p. 1–11, 2018.

INFÂNCIA, C. C. DO N. C. PELA. Estudo nº 1: O Impacto do Desenvolvimento na Primeira Infância sobre a Aprendizagem. **Núcleo Ciência Pela Infância**, v. 1, p. 1–14, 2014.

MARTINS, F. Leite materno passa por transformações de acordo com cada etapa de desenvolvimento do bebê. **Ministério da Saúde**, p. 1–2, 2022.

MEI, G. C.; ALIMENTARES, I.; MEI, G. C. Giovana caroline mei. 2020.

NOGUEIRA, A. et al. Aleitamento Materno No Sistema Penitenciário: Sentimentos Da Lactante. **Revista Ciência Plural**, v. 6, n. 1, p. 18–31, 2020.

REA, M. F. Os benefícios da amamentação para a saúde da mulher. **Jornal de Pediatria**, v. 80, n. 5, p. 142–146, 2004.

SANTANA, K. R. et al. Influência Do Aleitamento Materno Na Depressão Pós-Parto: Revisão Sistematizada. **Revista de Atenção à Saúde**, v. 18, n. 64, p. 110–123, 2020.

SANTOS DE ARAÚJO, A. et al. Revisão Integrativa: amenorreia lactacional como método contraceptivo para puérperas. **Saúde em Redes**, v. 8, n. sup1, p. 207–219, 2022.